



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO** Número /XII ( .ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XII ( .ª)

**Assunto: Violação da lei da greve na empresa AveiroBus**

**Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**

*Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Os trabalhadores da AveiroBus estão em greve devido ao excesso de horas de trabalho que tem nas suas escalas diárias. Estes trabalhadores têm escalas com uma amplitude de horários de 12 a 14 horas. Na prática, trabalham muito mais do que as 8 horas diárias, sem que lhes sejam pagas horas extraordinárias.

Face a este cenário de exploração, os trabalhadores decidiram – e bem – partir para a greve, exigindo a redução dos horários e reivindicando o direito ao lazer e à vida familiar.

No entanto, a empresa tem utilizado todos os esquemas possíveis para boicotar a greve, em clara violação do direito à greve.

A empresa, no dia anterior à greve (domingo, dia 7 de maio) alterou unilateralmente todas as escalas de serviço, de forma a reduzir o impacto da greve. Para além disso exigiu que em todas as carreiras fossem estabelecidos serviços mínimos o que é verdadeiramente estranho. Querera isto dizer que a empresa trabalha diariamente em serviços mínimos?

Segundo o que o Bloco de Esquerda sabe, a empresa telefonou a trabalhadores que já tinham manifestado a sua adesão à greve, dizendo que tinham que cumprir serviços mínimos. Esta interpretação da lei e esta pressão é inqualificável e inadmissível. Não se pode aceitar que num país em que está estabelecido legalmente o direito à greve, haja empresas que pensem que podem colocar esse direito em causa.

Também é inadmissível e deve ser investigado, por violar a lei da greve, a prática da AveiroBus que colocou a trabalhar, em dia de greve, formadores e motoristas que pertencem a outras empresas do grupo Transdev, mas que não são trabalhadores da AveiroBus.

Quem produz a legislação em Portugal é a Assembleia da República e não as empresas que vivem à custa de explorar de forma abusiva quem trabalha impondo regimes laborais claramente violadores da lei.

Estas práticas são inaceitáveis e violadores da lei da greve. Revelam também um desrespeito total pelo estado de direito.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, solidariedade e segurança social, as seguintes questões:*



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. O governo tem conhecimento desta situação?
2. Quais foram os serviços mínimos fixados em conformidade com o que está previsto na lei?
3. Que medidas pretende adotar para colocar um termo a este atropelo à lei da greve?
4. Que medidas serão tomadas para investigar a atuação da empresa, nomeadamente a colocação de formadores e motoristas que não pertencem à empresa a fazer carreiras em dia de greve?
5. O governo sabe informar se a Autoridade para as Condições do Trabalho tem inspecionado esta empresa? Se sim, quantas vezes e com que resultados?

Palácio de São Bento, 08 de maio de 2017.

**O deputado**  
**Moisés Ferreira**